

Uma África do Sul pós independência analisada sob a perspectiva pós-colonial: da emancipação ao Apartheid

Gabrielle Rani Marinho Lima, UEPA¹

Izabella de Souza Colino, UEPA²

Resumo

O presente trabalho tem como objetivo utilizar-se dos estudos pós-coloniais para analisar o contexto da África do Sul, desde sua independência até a instituição e desenvolvimento do Apartheid. Baseando-se principalmente nos escritos de Albert Memmi e Immanuel Wallerstein, discorrer-se-ão perspectivas políticas, econômicas e sociais para comentar o processo de descolonização do país. Em conclusão, nota-se que, apesar da emancipação sul-africana da sua antiga metrópole, ideais de opressão e desigualdade continuaram a ser perpetuados.

Palavras-chave: África do Sul; Pós-colonialismo; Apartheid.

Abstract

The present research aims to make use of the postcolonial studies to analyze the South African context, from its independence until the establishment and development of the Apartheid. The theoretical basis of this study are the works of Albert Memmi and Immanuel Wallerstein. Based on these authors, this paper will illustrate the political, economical, and social perspectives of the decolonization process in South Africa. In conclusion, it is identified that, even though South Africa was emancipated from its old metropolis, ideals of oppression and inequality were still being sustained.

Keywords: South Africa; Postcolonialism; Apartheid.

Introdução

O conceito de “pós-colonialismo” pode ser caracterizado como o período histórico posterior aos processos de descolonização do “terceiro mundo” (BELLESTRIN, 2013), esse termo também configura uma práxis social, política, econômica e cultural com a meta final de resposta e resistência ao colonialismo, tomado no sentido mais abrangente possível (BONICCI, 2005). Nesse viés, a presente pesquisa abarca não só a primeira definição, dado o recorte histórico realizado, como também procura tratar da segunda.

Este estudo tem como principal objetivo analisar de que maneira a colonização influenciou a África do Sul, desde o momento da sua independência até o estabelecimento e progressão do Apartheid. Para isso, primeiro serão apresentadas questões político-ideológicas por uma perspectiva histórica, sendo essas domésticas e do sistema internacional. Em seguida, tratar-se-ão de aspectos econômicos. Por fim, as circunstâncias sociais, centrando o debate no regime do Apartheid. Concluindo, percebe-se que os ideais de repressão e dominação,

¹ Discente de Relações Internacionais na Universidade do Estado do Pará (UEPA). E-mail: gaby.rani17@gmail.com

² Discente de Relações Internacionais na Universidade do Estado do Pará (UEPA). E-mail: izabellacolino3@gmail.com

reforçados por uma legitimação política, estiveram completamente enraizados no Estado sul-africano, impedindo um maior desenvolvimento socioeconômico da nação e perpetuando um ideal de colonialismo.

É importante ressaltar que o processo de descolonização da África do Sul é bem diferente do de outros países africanos. Enquanto a maioria conquista a sua independência somente após a Segunda Guerra Mundial, nas décadas de 60 e 70, a África do Sul torna-se emancipada politicamente em 1910, rompendo quaisquer laços restantes com o Reino Unido em 1961. Percebe-se, assim, que enquanto as demais nações africanas ainda estavam se estruturando no período da Guerra Fria, a África do Sul já estava mais estabelecida como Estado-nação no sistema internacional. No entanto, o que a torna peculiar, é a forte instauração de um regime colonial interno.

Notas sobre o pós-colonialismo

O pós-colonialismo pode ser entendido como uma corrente que visa compreender o colonialismo por uma nova perspectiva, criticando percepções eurocêntricas e reconstruindo a história por meio da análise intrínseca dos países afetados, assim como, sua cultura, economia e política. O pós-colonialismo implica uma revisão crítica da história e aponta um presente permeado de práticas e discursos, além de atos políticos que perpetuam a distribuição assimétrica do poder no mundo. (AGUILLAR; SOCIO, 2014, p. 4)

No entanto, apesar de teorias contemporâneas como a decolonidade, considerarem tal corrente permeada de falhas na sua análise e sem perspectiva de transformação no seu discurso, acredita-se na importância de autores como Albert Memmi e Immanuel Wallerstein para a reconstrução desse período histórico. Além disso, nota-se que o pós-colonialismo foi uma das primeiras teorias após as guerras mundiais, a entender a colonização como um fator que influencia “simultaneamente, igualmente e inseparavelmente”, a economia política e a cultura (COMAROFF; COMAROFF *apud* FILHO; DIAS, 2015, p. 9).

Esse estudo também se baseará no conceito de colonialismo interno como um ponto central de análise, o qual seria uma “estrutura prolongada de relações sociais de dominação e exploração entre grupos sociais heterogêneos dentro de sociedades duais ou plurais” (GONZÁLEZ CASANOVA *apud* QUINTERO, 2014). Isso implica que, apesar da sociedade não estar sobre controle direto de sua antiga metrópole, ainda é exercido internamente e no âmbito internacional, práticas que remetem a uma mentalidade colonial. Pode-se compreender que uma hierarquização entre grupos sociais, o qual mantém uma elite estrangeira no topo, e se fortalece na desigualdade, seria um exemplo de colonialismo interno.

A África do Sul foi um dos primeiros países a se tornar independente da colonização direta. Em 1910, já havia instituído um governo soberano, porém, a colonialidade interna permeou-se de forma explícita na região durante a Guerra Fria. O controle da elite branca pode ser mais bem descrito como um colonialismo interno que criou um sistema institucionalizada de opressão contra a maioria negra e foi tolerado pelo Ocidente (PEREIRA, 2010, p. 36). Porém, antes de se comprometer a investigação do colonialismo, necessita-se entender a dinâmica da política na África do Sul durante aquela época.

História sul-africana da independência ao Apartheid sob o viés de Memmi e Wallerstein

A Guerra Fria foi um conflito o qual dividiu o mundo em duas facetas, capitalista e socialista, que respectivamente simbolizavam as políticas internas dos EUA e da URSS. Com o fim da Segunda Guerra Mundial, esses dois países disputavam a hegemonia militar, econômica e política na seara internacional, enquanto os outros Estados tentavam se recuperar das perdas no conflito. Um sistema bilateral foi instaurado, outras nações precisavam se identificar e desenvolver a sua política com base na economia planificada ou no sistema capitalista. Nesse contexto, a maioria das nações africanas conquistaram sua independência, porém essa emancipação não significou o fim de um sistema colonial.

A África do Sul era governada pela minoria branca, correspondente de 20% da população e apesar de ter sido considerada a mais desenvolvida nação do continente durante a Guerra Fria, seu PIB se mantinha com 50% do capital estrangeiro (BUTLER *apud* PEREIRA, 2010, p. 51). Além disso, o funcionamento do aparato governamental sul-africano se baseava na regulamentação de políticas e medidas econômicas para enfatizar a superioridade dos colonizadores e seus descendentes. No entanto para entender melhor essa dinâmica na África precisa-se retornar a década de 1910.

Nessa década, os bôeres e os britânicos haviam se conciliado e estabeleceram a União da África do Sul, e posteriormente estipularam o Apartheid. Os bôeres podem ser definidos como os colonos de descendência holandesa, e em menor parte de origem francesa e alemã (BRAGA, 2011, p. 60). Esse grupo optou por se africanizar e se autodeterminar *africânder*, “os bôeres foram o primeiro grupo europeu a tornar-se completamente alienado do orgulho que o homem ocidental sentia em viver num mundo criado e habitado por ele próprio” (SAMPSON *apud* BRAGA, 2011, p. 61). Apesar de não parecer relevante, a mudança de nome empoderou esse povo a estabelecer medidas mais duras de segregações raciais, pois acreditavam que África pertencia primeiramente a eles.

A União Sul-Africana era formada pelo território da Transvaal, Orange, Cabo e Natal, e com a instauração da República, novas leis segregacionistas foram implementadas. O *Native*

Labour Act, de 1913, dividiu o território sul-africano em dois, 7% foi destinado aos negros, os outros 93% aos brancos (PEREIRA, 2010, p. 37). A divisão também considerou a produtividade da terra, logo, nas regiões ocupadas pela população negra se desenvolveram somente atividades de subsistência, enquanto no resto do território a indústria era a atividade central. Essa norma limitou a possibilidade dos negros de viver em cidades, assim como o *Native Affairs Act* consolidou a exploração da mão de obra negra.

Leis tão rígidas sobre a regulação do trabalho africano e o espaço foram tentativas do governo em limitar o fluxo dos africanos para a cidade e assim manter uma reserva de empregos para brancos. O país passava por um processo de urbanização que prejudicou muitos agricultores africânderes, conseqüentemente houve uma grande pressão política em recuperar a economia (BRAGA, 2011, p. 68).

Em 1914, os africânderes, liderados por Hertzog, fundaram o Partido Nacional, que tinha como objetivo a tomada do poder sem o apoio da classe inglesa. O partido conseguiu chamar atenção de fazendeiros com dificuldades econômicas e também ganhou o apoio dos intelectuais africânderes. (BRAGA, 2011, p. 68). Além disso, é importante ressaltar que a desigualdade não era só instaurada pela cor, mas também pela classe. Em 1922, ocorreu a “Greve de Rand”. Esse movimento social tinha como membros, em sua maioria, brancos, pobres e descendentes de bôeres. Esse evento histórico foi importante para a união desses trabalhadores e a fortificação do Partido Trabalhista, o qual se uniu ao Partido Nacionalista.

Já em 1924, ocorreram as eleições, e Barry Hertzog, general de guerra, subiu ao poder representando os dois partidos. No entanto, com a nova crise de 1929³, a dinâmica política mudou, e a união partidária foi desintegrada. Conseqüentemente, o Partido Nacional forjou uma nova aliança com o Partido Sul-Africano, que contava com o maior apoio da população de origem inglesa. O governo de Hertzog, nos anos iniciais, focou em se desvincular da hegemonia britânica e tentou conter a crise mundial, ao investir na indústria substitutiva. No seu governo foram dadas as bases para uma futura instauração do Apartheid.

Essa união perdurou até 1948, ano em que aconteceu a mudança de governo e Daniel François Malan, pastor protestante, assumiu a presidência. Ele fundou o Partido Nacional Purificado, e no seu mandato foi institucionalizado o regime de segregação racial - o Apartheid. Esse regime foi um modelo de “desenvolvimento separado de cada raça, na área geográfica que lhe é determinada” (CORNEVIN *apud* CARVALHO *et al*, 2015, p. 178). Essa separação se

³ Crise econômica mundial de 1929.

instituiu por meio da Lei de Registro da População (1950), a qual classificava a raça de cada indivíduo, e consequentemente seus direitos e deveres.

A catalogação dentro de um sistema de Colonialidade gera a diferença entre “eles” e “nós”, e a partir disso pode-se reconstruir a identidade de um povo e as suas bases sociais. Esse tema é melhor explanado por Albert Memmi, teórico tunisiano.

Alexandre Mordekhai Bennillouche, mais conhecido como Albert Memmi, busca compreender amplamente os papéis sociais, e as formas de dominação política no contexto colonial. O teórico publicou em 1950, “O retrato do colonizado precedido pelo retrato do colonizador”, o autor buscou narrar nessa obra a colonização como experiência pessoal.

Memmi divide o livro em: o retrato do colonizador e o retrato do colonizado. Ele destaca que assim como o colonizador precisa reconhecer o colonizado o inverso também é verdade, logo as identidades de colonizador e colonizado são estabelecidos de forma conjunta, portanto só pode existir “nós” se houver “eles”. Isso pode ser contextualizado pelo comportamento do Partido Nacional Purificado, o qual desde do início atribuiu a diferença das raças para fundamentar medidas econômicas e sociais exploratórias. O Apartheid trouxe uma nova roupagem ao imperialismo, mas ainda manteve práticas passadas do colonialismo e consolidou o retrato do colonizado e do colonizador em uma dinâmica interna legalizada.

Esse processo teve continuidade com outras leis, o *Native Labour Act* (1953), pretendeu permear essa segregação com a criação de dez batustãos, *black states*, os quais eram divididos pelos grupos étnicos da população nativa. Além disso, eram governados pelo décimo primeiro estado, o dos brancos. No entanto, sem se desvincular do contexto da Guerra Fria, em 1950, o decreto de supressão ao comunismo entrou em vigor, assim como a Lei de Emenda da Legislação Geral (1961). Essa lei estabelecia a detenção por qualquer suspeita de crime, porém a maioria era acusada de ser pró-comunista apenas por ter um comportamento diferente ou em desacordo com o governo. (CALVOCORESSI *apud* CARVALHO *et al*, 2015, p.180).

Com diversas leis de sancionamento à liberdade negra, nota-se a criação interna de uma dependência dos batustãos a região central urbanizada, habitado em sua maioria por brancos. Isso possibilitou uma desigualdade econômica e social que é análoga a diferença entre países centrais e periféricos. Immanuel Maurice Wallerstein, sociólogo estadunidense, consegue desenvolver melhor essa ideia pela sua teoria do sistema-mundo.

Immanuel Wallerstein, autor pós-marxista, ao analisar o capitalismo histórico, discorre sobre as desigualdades sociais e interestatais, e descreve o capitalismo como um modo de produção visando a obtenção de lucro. (WALLERSTEIN, 2001). A partir disso, pode-se

entender a dinâmica social do século XX, e o sistema-mundo que o rege: economia-mundo capitalista.

Essa economia é caracterizada por uma ampla divisão de trabalho e uma descentralização laboral, assim como uma rede de cadeias mercantis com caráter transnacional. Conseqüentemente, com base nessa organização, o mundo foi dividido em países, centrais, semiperiféricos e periféricos, tal classificação define o tipo de economia e exportação dos Estados.

Os centros se comportam como países industrializados, e exportam tecnologia. Os periféricos exportam matéria prima, e seriam nações subdesenvolvidas, já os semiperiféricos se comportam, ora como centrais, ora periféricos (ACCO, 2018, p. 179). Diante dessa ordem mundial, as trocas desiguais são firmadas. Wallerstein explica que a zona com o produto menos escasso vendia essa mercadoria a outra zona e assim perpetua um ciclo de vantagem (WALLERSTEIN, 2001, p. 29-30).

Logo, pode-se aplicar esses conceitos à realidade sul-africano, na qual a dinâmica interna poderia ser vista como dual, representado pelo: Centro e a Periferia. Em um só país, podia-se notar dois tipos de sistemas. Essa análise interna não corresponde à visão internacional da África, já que pelo seu legado de colonização e pela nova dinâmica neocolonial durante a Guerra Fria, a África do Sul era vista como um país periférico. Essa nação mantinha diversos níveis de dependência na seara internacional. Isso será melhor explicado no estudo econômico deste artigo.

As políticas internas na África do Sul criaram um sistema de periferia, vivida pela grande maioria negra, no qual a economia era de subsistência. Já o centro, no estado “Branco”, passava-se por um forte processo de industrialização. Cerca de mais de 90% da população vivia em um sistema econômico-político dependente do estado central e da sua tecnologia.

Além disso, percebe-se a desvalorização da mão de obra negra, pois além de considerar o produtor capitalista só preocupado com a disponibilidade e o preço do trabalhador (WALLERSTEIN, 2001, p. 20). Percebia-se, também, a mentalidade racista e exploratória que estabelecia o negro como um tipo de selvagem que necessitava de educação e auxílio. Essa perspectiva é notada também nos países de centro em relação às nações subdesenvolvidas ou emergentes, a visão disseminada era de que os mais desenvolvidos deveriam servir de guia para os outros. Portanto, essa desigualdade interna deixou um legado de desumanização e uma profunda crise econômica, mesmo após a queda do Apartheid.

Em 1969, o regime e o governo do Partido Nacional começaram a declinar, após estudantes negros serem contidos em um protesto contra o ensino obrigatório da língua

Africânder nas escolas. Outro fator decisivo foi a independência da maioria dos países africanos nessa década, além da intensificação das atividades do Congresso Nacional Africano (CNA), do Partido Comunista, do Congresso Pan-Africano (PAC), da pressão e do isolamento internacional.

O CNA foi criado em 1912 e foi um marco da luta negra, o partido sempre lutou pela igualdade e melhores condições de vida. “O Congresso Nacional Africano foi fundado com propósitos de congregar a nação africana, e, desde então, suas ações têm sido sempre no sentido de criar uma consciência nacional, de verdadeira comunidade entre várias nacionalidades em nosso país.” (ZUMA *apud* PEREIRA, 2010, p. 48). Nelson Mandela posteriormente se tornou líder do CNA, e se tornou a face da luta contra o Apartheid.

Em relação a pressão internacional, precisa-se compreender que a validade de tal governança sul-africana se deu pela bipolaridade da Guerra Fria, pois se tornou uma luta por interesses, e contanto que o Estado apoiasse o EUA ou URSS, e assim reprimir a outra ideologia, a organização estatal não interessava as superpotências.

No entanto, com o enfraquecimento do conflito, houve um fortalecimento nas ideias humanitárias e da disseminação de direitos humanos universais (PEREIRA, 2010, p. 56), e a África do Sul foi isolada na seara internacional pela sua política repressiva. Em 1994, o Apartheid é revogado, e Frederick de Klerk foi deposto do cargo de presidência.

Assim, com essa pincelada histórica, pode se analisar a situação política sul-africana, como um aparato de dominação legitimada de uma minoria branca, em relação a uma maioria negra. Porém, nota-se a importância da Guerra Fria para a validação desse evento histórico, pois pela ótica de um mundo bilateral, o alinhamento aos EUA, significava a sua proteção, independente da dinâmica interna ser contrária aos ideais humanitários fortemente estabelecidos nas constituições e nos discursos ocidentais.

Além disso, percebe-se a visão criada de não pertencimento dos negros a África, como uma ferramenta comum de distorção dos privilégios, já que se não pertence a “eles” o território, logo, não merecem nenhum tipo de privilégio. Essa distorção se qualifica como um processo de mudança de identidade explanado por Albert Memmi como um dos elementos essenciais para a instauração do colonialismo interno.

Outro ponto a citar, é a institucionalização de leis com o propósito de haver uma separação das raças. A partir disso, percebe-se uma luta para manter benefícios e criar uma sociedade ideal africana, fundamentada em uma política racista exploratória. Essa política se desenvolve em duas dinâmicas econômicas, uma similar aos países centrais e outra as nações

periféricas. Portanto, a desigualdade entre os “estados negros” e o “estado branco” é a exploração interna na sua forma mais radicalizada.

Uma economia que reflete as desigualdades

Enquanto dominados pelo Reino Unido, a concepção do capitalismo britânico transformou toda a dinâmica socioeconômica da colônia (BRAGA, 2011, p. 44). Isso refletiu, obviamente, na economia da África do Sul já emancipada. A partir de 1932, houve uma grande política de industrialização que também se sucedeu nas décadas seguintes, principalmente após a Segunda Guerra Mundial. O positivo desempenho econômico gerou uma capacidade de consumo elevada, apesar de fortemente concentrada. Isto atraiu o capital internacional industrial, o que diversificou e modernizou a economia (DATHEIN, 2010, p.100), em especial no estado branco.

Dessa maneira, principalmente na década de 1960, ocorreu grande crescimento econômico, com a emergência da indústria manufatureira como setor dominante da economia (BRAGA, 2011). Apesar disso, o autor discorre que o país era não só parcialmente industrializado, fato explicado pelo advento do capitalismo tardio comum a nações que foram colonizadas, mas também profundamente marcado pelas divisões sociais instituídas pelo Apartheid. Ainda assim, o setor econômico concentrava cada vez mais trabalhadores negros, e por causa disso, o Estado aprimorou seus meios de repressão racial, “com leis de passes cada vez mais severas, remoções forçadas e detenções sem julgamento” (BRAGA, 2011, p. 59)

Nesse sentido, percebe-se que na medida em que a África do Sul se desenvolvia economicamente, esse crescimento era acompanhado de uma série de desigualdades e políticas racistas legitimadas pelo Apartheid, o que favorecia a elite e classe média branca do país. Esse pensamento é confirmado por Pereira, que afirma que a institucionalização do Apartheid se tornou um dos pilares do novo surto de desenvolvimento (PEREIRA, 2008, p. 142).

Ainda no que tange à divisão social do trabalho no Estado sul-africano, entende-se assim que a etnicidade é um fator crucial, que divide ainda mais as populações negra e branca, com o sistema político vigente conferindo benefícios a essa última. Esse pensamento é validado por Wallerstein, ao afirmar que “busca-se a identificação de grupos étnicos definidos, procurando vinculá-los a papéis específicos na distribuição da força de trabalho, com níveis diferenciados de remuneração real” (WALLERSTEIN, 2001, p. 27). Portanto, fica claro que essa separação, legitimada politicamente, proporcionava melhores condições laborais e econômicas à minoria branca, conferindo à parcela negra trabalhos insalubres.

Mesmo com a industrialização, o setor industrial continuava altamente dependente da importação de bens de capital, financiados pela moeda estrangeira obtida com a exportação de

produtos primários (PEREIRA, 2008, p. 142). Isso revela um pouco da lógica capitalista descrita por Wallerstein, em que os países periféricos exportam matéria-prima e produtos primários para países desenvolvidos e importam desses bens de maior tecnologia, denunciando uma desigualdade, explicada pelo conceito de troca desigual (WALLERSTEIN, 2001, p. 29-30). Essa relação de centro-periferia demonstra a profunda dependência econômica que a África do Sul, país que foi colonizado, ainda mantinha com as antigas metrópoles.

A economia sul-africana, depois de sua boa fase e expansão nos anos 60, declina e entra em total crise nas décadas de 70 e 80. Esse desequilíbrio está associado aos desdobramentos do Apartheid, que depois de anos em voga, demonstra claramente sinais de colapso, como explica Braga que durante a terceira década do regime, as consequências das políticas segregacionistas se mostraram no setor econômico, “com escassez de mão de obra qualificada, baixos níveis de produtividade, déficits em balança de pagamentos, saturação do mercado e subutilização do parque industrial” (BRAGA, 2011, p. 65).

Em relação aos acontecimentos da década de 1980, Pereira (2008) afirma que três pontos foram culminantes para o agravamento da crise econômica, apontando para o fim do Apartheid. Seriam eles a queda dos preços do ouro, que afetou também o valor de outras matérias-primas e levou a um declínio de exportações; os altos gastos estatais com a manutenção do Apartheid, além de despesas militares; e as sanções financeiras impostas ao país.

Todos esses agravamentos financeiros demonstraram que, além das óbvias desigualdades econômicas do mundo capitalista, o sistema de discriminação interno corroborou com a crise econômica. Desse modo, no final da década de 80, o Apartheid já caminhava para o seu fim.

De modo geral, a economia sul-africana, que já estava fadada a pouca complexidade devido a suas origens coloniais, encontra um empecilho com a legitimação do Apartheid, visto que essa política gerou, por fim, um total desgaste e declínio do sistema econômico. Além disso, essa gênese colonial corroborou para a existência de um Estado semiproletariado, que viabiliza a existência de um patamar salarial mais baixo possível (WALLERSTEIN, 2001, p. 36-37), o que impediu a classe trabalhadora, já condicionada às desigualdades raciais, de obter melhores condições de vida.

Uma visão pós-colonial para com a perspectiva econômica permite concluir que, mesmo já sendo um país independente, as desigualdades promovidas e reforçadas pelo sistema capitalista fazem com que a África do Sul continue dependente de países desenvolvidos e, internamente, a manutenção dos ideais de opressão e dominação não só aprofundaram ainda mais as diferenças entre a população negra e branca, como também proporcionaram

afundamento em uma crise geral da economia, essa sendo o estopim para a extinção do Apartheid.

A dinâmica social no Apartheid- Um regime pós-colonial?

Durante a Guerra Fria, o âmbito social do país sul africano, como visto previamente, estava sendo afetado pelo sistema do Apartheid. Uma das implicações desse marco histórico foi a imposição da língua da elite e minoria branca sobre o país, o africâner. Albert Memmi explica melhor esse processo.

O autor destaca o bilinguismo do colono como um instrumento de perda de identidade e controle do colonizado. Percebe-se assim que a língua é um eixo central tanto na colonização, quanto no colonialismo interno, pois destrói uma dinâmica cultural de união e nacionalismo.

Na África do Sul, buscava-se sempre disseminar a ideia de não-pertencimento, tanto pela exploração da mão de obra, assim como pela enfatização de uma fragmentada identidade sul-africana. O colonizado não conhecia mais a sua língua e para participar da sociedade era necessário utilizar a língua do colonizador (MEMMI, 2007, p. 175). O africâner foi considerado a língua oficial do país em 1925 e as outras línguas foram marginalizadas e excluídas. Logo, o Partido do Nelson Mandela considerou um ato de liberdade denominar o inglês como língua oficial do CNA.

Memmi expõe que o esmagamento do colonizado é o projeto da colonização, o amor ao colonizador e o ódio a si mesmo como classe inferior é o objetivo final. Isso é uma forma de sobrevivência e assimilação dessa situação de profundo estresse que o colonizado enfrenta. Ademais da língua ser utilizada como ferramenta na manutenção do controle, um dos primeiros passos no grande projeto da colonização é o processo de desumanização dos colonos.

O teórico destaca que assim “se degradam, um a um todas as qualidades que fazem do colonizado um homem. E a humanidade do colonizado, recusada pelo colonizador, torna-se de fato para ele opaca” (MEMMI, 2007, p. 122-123). Por meio desse discurso, percebe a realidade sul-africana como um processo de desumanização e obtenção de privilégios pela ideologia de superioridade. Durante o Apartheid, a identidade sul-africana foi moldada para respeitar a mentalidade colonizadora.

Outro ponto que corroborou para a manutenção do colonialismo interno foi a relação de hierarquização entre os colonos. Essa categorização pelo poder, é chamada de pirâmide social por Albert Memmi. Os funcionários e agentes da autoridade entre outras profissões formam uma categoria que deseja escapar da sua condição política e social. Contudo, nota-se que ao se pôr à disposição do colonizador acaba-se adotando a ideologia colonial em detrimento da sua própria comunidade e de si mesmo. (MEMMI, 2007, p. 49).

O caso da África do Sul também segue essa “pirâmide do poder” (MEMMI, 2007). Com o desenvolvimento dos batustãos e os estados independentes em 1990, surge então uma nova classe dirigente dentre os “colonizados” que assumiu responsabilidades administrativas e econômicas. Essa nova classe, integrada por africanos beneficiou-se da proposta neocolonial e aderiu a sua mentalidade, eles desempenharam uma função essencial em minar o processo e as lutas de libertação nacional. A pequena elite africana conseguiu reduzir e conter os anseios de uma liberdade por mudar o foco para as reivindicações locais baseadas em frações do nacionalismo tribal (PEREIRA, 2010, p. 47).

Portanto, por haver um sistema de dominadores e dominados em todos os eixos da sociedade, as políticas de cunho colonialistas conseguiam se perpetuar de forma mais eficaz, já que se dispunham de uma lógica de privilégios.

Outro destaque de Memmi é a luta por emancipação, e como ela se dá por uma reconquista de si mesmo e uma dignidade autônoma. Felizmente, no fim dos anos 80, pode se acompanhar a intensificação das lutas por equidade na participação política de quase todos Estados do continente africano. O Pan-Africanismo foi uma prova disso, visto que, no século XX, o movimento se consolidou e passou a lutar pela união política e social dos nativos africanos, apoiando todos os movimentos emancipatórios.

No entanto, precisa-se considerar que apesar de uma mudança social drástica, com o término da Guerra Fria, a descolonização ainda é um processo vigente. As marcas de um sistema de apartheid, nos anos subsequentes do fim do conflito bipolar, eram claras, o país estava em crise e lutava para dialogar com as diferentes etnias negras e brancas, assim como precisavam reestruturar o sistema territorial, para criar uma identidade unitária nacional do povo sul-africano. Logo, a sociedade sul-africana foi permeada por lutas raciais e desigualdades, e o evento histórico de 1945-1991 não ajudou a desarticular práticas discriminatórias, pois enquanto houvesse o apoio ao capitalismo naquela região, não haveria intervenção nacional.

Conclusão

Dessa maneira, com o desgaste do Apartheid, uma abertura para sua extinção formal se inicia em 1990, concretizando-se em 1994, culminando com a posse presidencial de Nelson Mandela. Urge-se afirmar, nesse sentido, que mesmo após o fim da colonização britânica na África do Sul, o país continuou sobre o domínio de uma elite minoritária branca, iniciando assim um colonialismo interno institucionalizado pela legislação e estabelecimento do Apartheid.

Portanto, percebe-se que, infelizmente, desde a instituição legal do regime até seu fim, a maioria da população (negra) não vivia em pleno gozo dos seus direitos fundamentais – muito pelo contrário, eles eram marginalizados, perseguidos pelo *status quo* e excluídos da participação política vigente.

Além disso, pontua-se que mesmo com a crítica ao viés pós-colonial, essa corrente se mostra uma perspectiva importante para a análise do contexto sul-africano. Já que, como afirma Memmi (2007), a sociedade colonizada é incapaz de romper totalmente com as estruturas de dominação.

Pode-se perceber que o corpo civil sul-africano tem um legado fundamentado em ideais de opressão, e ainda sofrem em equilibrar os diferentes grupos étnicos e os aspectos socioeconômicos. Ademais, ressalta-se a imposição de uma língua padrão e da hierarquização social como ferramentas de dominação e fragmentação de uma identidade comum.

No entanto, também é importante ressaltar os movimentos de resistência negra, principalmente na década de 1970, que lutavam pela igualdade racial e fim do Apartheid. Tal organização social precisa ser lembrada como uma quebra de paradigmas e um esforço admirável de manter um nacionalismo baseado no respeito, igualdade e na busca da identidade africana.

Isso é visto pois eixos da sociedade, como membros do partido CNA e adeptos ao pan-africanismo, se mantiveram em luta para ir contra esse legado colonial. Logo, percebe-se que enquanto o Apartheid - a mais ampla e evidente forma de colonialismo interno - estava em processo de ruína, o empenho por melhores condições de vida e por uma ruptura com a opressão legalizada se consolidava, por parte desses grupos de resistência.

Considera-se a resiliência da sociedade negra em sobreviver e manter seu legado mesmo sendo usurpada de direitos essenciais. O partido CNA na sua luta por uma África igualitária não só encontrou voz nos discursos de Nelson Mandela, mas no coração do povo sul-africano marginalizado.

Assim, entende-se que grande parte da população negra sul-africana luta para se desvincular da sua caricatura estabelecida pelo imperialismo e firmar novas prerrogativas, diferentes das que foram duramente institucionalizadas. Felizmente, movimentos como o Pan-africanismo serviram de base para reformular o contexto político-social pós-Apartheid.

No âmbito da economia, vê-se que mesmo com uma industrialização e crescimento econômico, o fato da África do Sul ser periférica e exportadora de matéria-prima promoveu uma inserção no sistema capitalista global de uma forma dependente dos países do centro. Isso

evidencia as desigualdades internas, visto que grande parte da população negra participava da economia como mão de obra explorada.

O Apartheid, que Pereira (2010), definiu como responsável pelo surto de desenvolvimento, se tornou uma das causas da crise econômica que o país enfrentou no final da Guerra-Fria. Por fim, o sistema capitalista definido por Wallerstein (2001), em que todas as diferenças existentes são reforçadas, mostrou que a África do Sul continuou sendo uma nação periférica e subjugada economicamente, mesmo sendo uma das primeiras colônias britânicas a obter a independência.

Desse modo, conclui-se que o contexto sul-africano pós independência, analisado por um viés pós-colonial, é marcado por desigualdades originárias de uma colonização europeia, que permitiu a perpetuação de assimetrias socioeconômicas legitimadas por políticas raciais. Assim, por mais de quarenta anos, a África do Sul foi permeada por uma legislação tirana, oprimindo a parcela negra em diversos âmbitos.

Apesar disso, é necessário ratificar a importância da resistência negra do período, e entender o final do regime como um momento de virada histórica para o país. Nesse sentido, é essencial estudar o que foi o Apartheid e o que ele significou, para compreender a complexidade e profundidade de uma herança da dinâmica colonial.

Referências Bibliográficas

ACCO, MARCO ANTONIO. Os Estados, o sistema-mundo capitalista e o sistema interestatal: uma leitura crítica das contribuições de Immanuel Wallerstein. *Brazil. J. Polit. Econ.* São Paulo, v. 38, n. 4, 2018, 708-730 p.

AGUILAR, Aleksander; SOCCIO, C. . A Análise do Discurso na perspectiva Pós-colonial: uma via para a decolonização. In: **2 Seminário de Graduação e Pós-graduação de Relações Internacionais**, 2014, João Pessoa. Anais Eletrônicos do 2 Seminário de Graduação e Pós-graduação de Relações Internacionais, 2014. Disponível em: http://www.seminario2014.abri.org.br/resources/anais/21/1412362716_ARQUIVO_AGUILAR_SOCCIO_AAnalisedoDiscursonaperspectivaposcolonialumaviaparaadecolonizacao_final.pdf. Acessado em: 02/07/2020

BALLESTRIN, L. América Latina e o giro decolonial. *Revista Brasileira de Ciência Política*, n. 11, p. 89-117, 16 jul. 2013. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-33522013000200004&script=sci_arttext. Acessado em: 30/06/2020.

BONNICI, Thomas. Avanços e ambiguidades do póscolonialismo no limiar do século 21. **Léguas & meia: Revista de literatura e diversidade cultural**. Feira de Santana: UEFS, v. 4, no 3, 2005, p. 186-202.

BRAGA, Paulo de Rezende Saturnino. **A rede de ativismo transnacional contra o apartheid na África do Sul**. Brasília, Fundação Alexandre de Gusmão, 2011. 342 p.

CARVALHO, Rita Flávia Gomes; LACERDA, Tamires Santos; TEIXEIRA, Rodrigo Corrêa. **Apartheid na política internacional entre 1948 e 1994**. Belo Horizonte; Conjuntura Internacional, 2015. 184 p.

DANTHEIN, Ricardo. Economia da África do Sul: a convivência entre o moderno e o atraso ou os desafios do rompimento com as estruturas sociais determinadas pela história. In: **África do Sul: História, Estado e Sociedade**. / Paulo G. Fagundes Visentini [et al.]; organização de Paulo G. Fagundes Visentini e Analúcia Danilevicz Pereira. Brasília : FUNAG/CESUL, 2010. p. 99-117

FILHO, Wilson Trajano Filho; DIAS, Juliana Braz, **O colonialismo em África e seus legados: e poder no ordenamento da vida social**, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social (UnB), Brasília, 2015. Disponível em: <https://journals.openedition.org/aa/1371#quotation>. Acessado em: 30/06/2020.

MEMMI, Albert. **Retrato do colonizado precedido de Retrato do colonizador** / Albert Memmi; [prefácio de Jean-Paul Sartre]; tradução de Marcelo Jacques de Moraes. - Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

PEREIRA, Analúcia Danilevicz. A África do Sul independente: segregação, Apartheid e transição pactuada (1910-1994). In: **África do Sul: História, Estado e Sociedade**. / Paulo G. Fagundes Visentini [et al.]; organização de Paulo G. Fagundes Visentini e Analúcia Danilevicz Pereira. Brasília : FUNAG/CESUL, 2010. p 35-64

_____. Apartheid: apogeu e crise do regime racista na África do Sul (1948-1994). In: **Desvendando a história da África** / organizado por José Rivair Macedo. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008. p. 139-147.

QUINTERO, Pablo. **Colonialismo interno, Neocolonialismo, Colonialidade do Poder: Contribuições, limites e problemas dos modelos teóricos sobre os povos indígenas e as situações coloniais na América Latina**. Rio Grande do Sul, 2014, 10. p. Disponível em: <https://www.31rba.abant.org.br/arquivo/downloadpublic?q=YToyOntzOjY6InBhcmFtcyI7czozNToiYToxOntzOjEwOiJJRF9BUiFVSzVZPIjtzOjQ6IjIwNzUiO30iO3M6MT0iaCI7czozMjoiZDVkMTgyNzQxOGM4MDNkZjVlY2E5YjM0ZjQxOVRhMjQiO30%3D>. Acessado em: 02/07/2020.

VISENTINI, PGF. Independência, marginalização e reafirmação da África (1957-2007). In: MACEDO, JR., org. **Desvendando a história da África [online]**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008. Diversidades séries, pp. 123-137).

WALLERSTEIN, Immanuel. **Capitalismo histórico e civilização capitalista**. Trad. R. Aguiar e C. Benjamin. Rio de Janeiro: Editora Contraponto, 2001, 144 p.